

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	31
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.000.000
Preferenciais	0
Total	240.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	707.212	760.538
1.01	Ativo Circulante	31.482	171.459
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	451	250
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.172	159.885
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.919	3.365
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.494	7.525
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	446	434
1.02	Ativo Não Circulante	675.730	589.079
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.246	17.049
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.828	12.177
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.828	12.177
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	4.418	4.766
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	106
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	106
1.02.03	Imobilizado	3.589	3.594
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.589	3.594
1.02.04	Intangível	649.895	568.436
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	649.895	568.436

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	707.212	760.538
2.01	Passivo Circulante	501.358	103.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.904	4.471
2.01.01.01	Obrigações Sociais	760	928
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.144	3.543
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.434	11.429
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.134	3.432
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	319	503
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	87	86
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	728	2.843
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	446.572	77.532
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	446.572	77.532
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	446.572	77.532
2.01.05	Outras Obrigações	37.314	6.613
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.361	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	29.361	0
2.01.05.02	Outros	7.953	6.613
2.02	Passivo Não Circulante	1.525	440.698
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	439.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	439.903
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	439.903
2.02.02	Outras Obrigações	1.525	795
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	19	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19	0
2.02.02.02	Outros	1.506	795
2.03	Patrimônio Líquido	204.329	216.363
2.03.01	Capital Social Realizado	240.000	240.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-35.671	-23.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	88.581	8.204
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-88.581	-8.204
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.985	-146
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.985	-146
3.06.01	Receitas Financeiras	3.470	2.291
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.171	-2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	299	2.289
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.652	-723
3.08.01	Corrente	0	-723
3.08.02	Diferido	5.652	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-12.034	1.420
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-12.034	1.420
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-33.645	4.004
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-28.576	4.004
6.01.03	Outros	-5.069	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	111.556	-49.886
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.710	179.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	201	133.118
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	451	133.119

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-12.034	0	-12.034
5.07	Saldos Finais	240.000	0	0	-35.671	0	204.329

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.04.01	Aumentos de Capital	189.558	0	0	0	0	189.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.420	0	1.420
5.07	Saldos Finais	189.558	0	0	1.420	0	190.979

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	88.581	8.204
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-88.581	-8.204
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.810	-70
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.810	-70
7.04	Retenções	-1.152	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.152	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.962	-70
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.470	2.291
7.06.02	Receitas Financeiras	3.470	2.291
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.492	2.221
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.492	2.221
7.08.01	Pessoal	4.736	36
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.473	34
7.08.01.02	Benefícios	1.074	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	189	2
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-4.992	732
7.08.02.01	Federais	-5.006	732
7.08.02.02	Estaduais	14	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.798	33
7.08.03.01	Juros	3.145	0
7.08.03.02	Aluguéis	636	33
7.08.03.03	Outras	17	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-12.034	1.420
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-12.034	1.420

Comentário do Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques

O primeiro trimestre de 2015 foi marcado pela entrega do Trabalhos Iniciais na BR-163/MT, atendendo a meta estabelecida no PER para melhoria da segurança e conforto dos usuários que trafegam no trecho sob concessão da CRO.

Em 23 de março de 2015 foi emitida Licença de Instalação nº 65034/2015 a qual permite os trabalhos de duplicação e melhorias na rodovia nos trechos do km 0,00 ao km 94,9 e do km 507,1 ao km 855,00. Esta licença permitirá a CRO dar continuidade ao seu plano de investimentos.

1.3. Perspectivas

A CRO continuará seu programa de investimentos para atender o CONTRATO, concentrando esforços em 2015 nas frentes de ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço, recuperação do sistema existente, e construção das praças de pedágio, visando o início da arrecadação que passará a gerar receita tarifária à concessionária em 2015.

Com a emissão da licença ambiental de instalação (LI 65034/2015) em março de 2015, que autoriza as obras de duplicação da BR-163 MT do km 0,00 ao km 94,9 e do km 507,1 ao km 855,00, a CRO irá atender o cronograma de duplicação previsto no PER.

A CRO busca um financiamento, para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão, em uma estrutura *Project Finance* (engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto e que tem como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo projeto). Como financiamento principal a CRO conta com Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”). Além do financiamento principal a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (“FDCO”), além de debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Desempenho Econômico Financeiro

Comentário do Desempenho

2.1. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de obra de infraestrutura e as despesas gerais e administrativas.

Descrição	Em milhares de reais		
	1T15	1T14	Var. (%)
Custos de obra de infraestrutura	(88.581)	(8.204)	91%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.985)	(146)	99%

Os Custos de obra de infraestrutura totalizaram R\$ 88.581 mil, um aumento de 91% em comparação com 1T14, devido a concentração de obras no ano em curso para atender o plano de investimento definido no Contrato de Concessão.

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 17.985 mil, representando um aumento de 99% em relação do 1T14. A CRO passou pelo período de implantação das operações de atendimento aos usuários da rodovia aumentando as despesas gerais da Companhia.

2.2. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	1T15	1T14	Var. (%)
Resultado líquido do período	(12.034)	1.420	-947%
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	5.652	(723)	-882%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	299	2.289	-87%
(+/-) Depreciação / Amortização	(1.152)	-	-
EBITDA	(7.235)	2.986	-342%

O EBITDA atingiu no 1T15 o montante de R\$ (7.235) mil, registrando redução em relação a 1T14, devido ao aumento significativo dos custos e despesas gerais.

2.3. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	1T15	1T14	Var. (%)
Receitas Financeiras	3.470	2.291	51%
Despesas Financeiras	(3.171)	(2)	158450%
Resultado Financeiro Líquido	299	2.289	-87%

No primeiro trimestre de 2015, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor de R\$ 299 mil, registrando uma redução de 87% ante ao 1T14 devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo da contratação dos financiamentos da Companhia. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 3.470 mil no 1T15, o que significa um aumento de 51% sobre o mesmo período do ano anterior.

2.4. Endividamento

Comentário do Desempenho

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	Var. (%)
Dívida Bruta	446.572	517.435	-14%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(16.623)	(160.135)	-90%
Dívida Líquida	429.949	357.300	20%

No primeiro trimestre de 2015, o Endividamento da Companhia apresentou redução de 14% comparado ao exercício encerrado em 2014, totalizando R\$ 429.949 mil. A redução se deve a amortização das Notas Promissórias contratadas pela Companhia em 23 de março de 2015. Todas dívidas da Companhia são em moeda nacional.

2.5. Investimentos

Até o primeiro trimestre de 2015 os investimentos totalizaram R\$ 652.487 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização. Foram iniciadas as obras de duplicação de trecho de 22,7 km ao sul de Rondonópolis, das praças de pedágio, bem como de alguns dispositivos que irão compor o sistema rodoviário.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,8 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o primeiro trimestre de 2015 com o efetivo de 388 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o primeiro trimestre de 2015 o CCO registrou 20.727 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 19.402 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;

Comentário do Desempenho

- 821 acionamentos para remoção de veículos;
- 504 acionamentos para as ambulâncias.

3.3. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias do setor agrícola e pecuário. A região é um pólo produtor de soja, milho e algodão, além de importante região de criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de que o Mato Grosso representa a principal fronteira agrícola do País. Os principais destaques são as cadeias da soja, milho, bovinos e algodão, incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima criada sob a forma de subsidiária integral de propósito específico, de capital fechado, da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

5. Sustentabilidade

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

Comentário do Desempenho

A CRO realizou um mapeamento social nos 19 municípios que compõem o trecho sob concessão com objetivo de compreender o entendimento dos stakeholders (representantes dos governos municipal e estadual, poder legislativo, empresas, comércio, terceiro setor, entidades de classe, ONGs e lideranças comunitárias) a respeito dos temas social, ambiental e econômico para direcionar suas iniciativas de responsabilidade social.

No primeiro trimestre de 2015 a Companhia deu continuidade ao projeto “Rota Segura”, que promove a Semana do Trânsito periodicamente nos municípios em que a rodovia atravessa o perímetro urbano. O projeto tem o objetivo de conscientizar crianças, jovens, adultos e idosos sobre as leis de trânsito e melhores práticas. Em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, a CRO realiza palestras orientativas e lúdicas nas empresas, comércio, espaços públicos, escolas e universidades. Para as crianças até 12 anos, é montado um grupo de teatro denominado “Patrulha do Trânsito”. Este projeto tem beneficiado pessoas em cidades distintas: Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Várzea Grande, Jaciara e Rondonópolis.

Para os caminhoneiros, que representam o principal público usuário da BR-163 MT, a CRO criou o projeto Parada Legal do Oeste. Trata-se de uma campanha de saúde e segurança, cujo objetivo é reduzir o número de acidentes na rodovia através da conscientização para uma direção segura, cuidados com a saúde e manutenção do veículo. Os eventos contam com serviços de saúde e de bem-estar, além de palestras de educação sobre o trânsito.

No 1T15 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 1.587 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras.

5.2. Meio Ambiente

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas (“TI”) da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO também é responsável pela execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBAi) que anteriormente estava sob responsabilidade do DNIT. A CRO vem executando este PBAi, que tem duração de dois anos.

* * * * *

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 31 de março de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específica e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, tendo como objetivo social a exploração, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT e MT 407, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela ODB.

No trimestre findo em 31 de março de 2015, não ocorreram mudanças relevantes.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

2. Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas em conformidade com o CPC 21 – “Demonstração intermediária”.

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2014.

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 31 de março de 2015		
Fornecedores	10.434	1.506
Partes relacionadas	29.361	19
Empréstimos e financiamentos	446.572	-
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	77.532	439.903

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,9%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%

(*) Fonte: Banco Caixa

Geral - 31/03/2015.

Para o cenário adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo	(*)	Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.
TJLP (*)	5,91%	7,38%	8,86%		

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo BNDES	fev/16	Alta TJLP	44.916	46.509	46.920

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	446.572	517.435
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(451)	(250)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(16.172)	(159.885)
Dívida líquida	429.949	357.300
Total do patrimônio líquido	204.329	216.363
Total do capital	634.278	573.663
Índice de alavancagem financeira - %	68	62

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	451	250
Aplicações financeiras	16.172	159.885	-	-
Outros ativos	-	-	446	434
	16.172	159.885	897	684

	Outros passivos financeiros	
	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	446.572	517.435
Fornecedores	11.940	12.224
Partes relacionadas	29.380	-
Contas a pagar	7.953	6.613
	495.845	536.272

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Notas Explicativas

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	16.172	159.885
	16.172	159.885
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	11	10
Bancos conta movimento	440	240
	451	250
	16.623	160.135

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	11	10
Bancos conta movimento	440	240
	451	250

7. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2015, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 16.172 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 159.885), mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

8. Despesas antecipadas

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	10.201	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	4.711	5.137
	14.912	12.291
Ativo circulante	10.494	7.525
Ativo não circulante	4.418	4.766

Notas Explicativas

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa	5.743	2.577
Amortização Despesas Diferidas	20.150	14.035
Provisões Temporárias	(8.065)	(4.435)
	17.828	12.177

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributos diferidos líquidos		
Ativo fiscal diferido - não circulante	25.893	16.612
Passivo fiscal diferido - não circulante	(8.065)	(4.435)
	17.828	12.177

Conforme projeções de resultados preparadas pela administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 31 de março de 2015, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	5.743	4.497
2017	3.021	1.920
2018	3.021	1.920
2019	3.021	1.920
2020	3.022	1.920
	17.828	12.177

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Construtora Norberto Odebrecht (*)	-	29.361
Odebrecht Ambiental S.A. (**)	-	19
Em 31 de março de 2015	-	29.380
Em 31 de dezembro de 2014 (***)	106	-

(*) O montante de R\$ 29.361 refere-se a serviços prestados de engenharia e construção da BR 163/MT, pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO").

(**) O montante de R\$ 19, refere-se a prestação de serviços em *software* de gestão financeira (MwD), pela Odebrecht Ambiental, a transação foi contratada de acordo com os preços praticados no mercado.

(***) Saldo refere-se a despesas administrativas compartilhadas que são reembolsos através de nota de débito.

a) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2015, totalizou o montante de R\$ 469 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 518).

Notas Explicativas

b) Participação nos lucros e resultados

Em 31 de março de 2015 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 3.239 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.481).

11. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
Custo	145	579	530	1.498	1.597	4.349
Baixa líquida	-	-	-	(29)	-	(29)
Depreciação/exaustão acumulada	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	139	535	498	1.264	1.158	3.594
Aquisições	93	86	37	-	41	257
Depreciação/exaustão	(6)	(35)	(16)	(73)	(132)	(262)
Saldo contábil	226	586	519	1.191	1.067	3.589
Custo	238	665	567	1.469	1.638	4.577
Depreciação/exaustão acumulada	(12)	(79)	(48)	(278)	(571)	(988)
Saldo em 31 de março de 2015	226	586	519	1.191	1.067	3.589
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

12. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	-	15.556	554.391	176	570.123
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.658	3.653	14.024	539.935	166	568.436
Aquisições	-	-	-	82.354	11	82.365
Transferências	-	3.006	-	(3.006)	-	-
Amortização	(108)	(137)	(630)	-	(15)	(890)
Baixas, líquidas de amortização	-	-	-	-	(16)	(16)
Saldo contábil	10.550	6.522	13.394	619.283	146	649.895
Custo	10.765	6.696	15.556	619.283	187	652.487
Amortização	(215)	(174)	(2.162)	-	(41)	(2.592)
Saldo em 31 de março de 2015	10.550	6.522	13.394	619.283	146	649.895
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis são amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão, após o início das operações das praças de pedágio, o critério de amortização será alterado para curva de tráfego.

Refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão parcialmente concluído.

Notas Explicativas

13. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A.(a)	R\$	DI + 2,3%		77.708
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	452.756	444.650
Custos de captação a amortizar	R\$		(6.184)	(4.923)
			446.572	517.435
(-) Passivo circulante				
Empréstimo e financiamentos Banco ABC S.A.(a)			-	77.532
Empréstimos BNDES			446.572	-
			446.572	77.532
Passivo não circulante				
Empréstimos BNDES			-	439.903
Passivo não circulante			-	439.903
			446.572	517.435

(a) Banco ABC S.A.

Em 22 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000. Foram emitidas dez Notas, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida da sobretaxa de 2,3% a.a. e prazo de 180 dias corridos da data de emissão, o recurso foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014.

Em 20 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. montante de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

(b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000.

Notas Explicativas

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

(ii) Principais compromissos assumidos (“covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2015.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Encargos sociais	2.658	1.977
Participação nos lucros e resultados	3.239	2.481
Benefícios a empregados	7	13
	5.904	4.471

15. Contas a pagar

	31 de março de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	6.731	3.947
Verbas do contrato de concessão	686	2.147
Verba de fiscalização	536	519
	7.953	6.613

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.000, está representado por 240.000.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

17. Receita líquida

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Receita de obra de infraestrutura	88.581	8.204
	88.581	8.204

Notas Explicativas

18. Custo dos serviços

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Custo de obra de infraestrutura	(88.581)	(8.204)
	(88.581)	(8.204)

19. Despesas gerais e administrativas

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Salários e encargos	(5.426)	(43)
Serviços de terceiros	(5.012)	(61)
Gastos administrativos	(4.972)	(42)
Despesas com veículos	(1.423)	-
Depreciação e amortização	(1.152)	-
	(17.985)	(146)

20. Resultado financeiro, líquido

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.136)	-
Outras	(35)	(2)
	(3.171)	(2)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.374	2.291
Outras	96	-
	3.470	2.291

21. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(17.686)	2.143
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	6.013	(729)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Outros	(361)	6
Total de IR e CSLL diferidos	5.652	(723)

Notas Explicativas

22. (Prejuízo) lucro por ação

Básico

O (prejuízo) lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os trimestres findos em 31 de março.

	31 de março de 2015	31 de março de 2014
(Prejuízo) lucro do trimestre	(12.034)	1.420
Quantidade média ponderada de ações	240.000	237.333
(Prejuízo) lucro básico por lote de mil ações	(50,14)	5,98

23. Seguros

Em 31 de março de 2015, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	1.000

24. Evento subsequente

a) Início das operações

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

b) Empréstimos bancários

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

Em 10 de setembro de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) assinaram o contrato de financiamento no montante de R\$ 300.000. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

i) Garantias

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta Odebrecht TransPort (“OTP”), alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

c) Aumento de capital

Notas Explicativas

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

d) Adiantamento para futuro de capital - AFAC

Não existe a certeza, que esses valores irão compor o capital social da Companhia.

Em 1º. de julho de 2015, a ODB Rodovias S.A. (ODB Rodovias), visando a atender à necessidade de caixa da Companhia, enquanto não ocorria a liberação de recursos ponte da Caixa Econômica Federal realizou o AFAC no montante de R\$ 10.000. Em 16 de julho de 2015, a ODB Rodovias, realizou outro AFAC no montante de R\$ 9.925.

Em 24 de julho de 2015, a ODB Rodovias, por equívoco incorrido na formalização do AFAC realizado em 1º. de julho de 2015 capitalizou parcialmente o AFAC, mediante aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 558.

Em 11 de setembro de 2015, a ODB Rodovias em comum acordo com a Companhia resolveu converter os AFAC's em mútuo no montante de R\$ 20.065.

Em 30 de setembro de 2015, a OTP converteu os saldos de mútuos no valor de R\$ 72.815 com a Companhia em AFAC na ODBvias e conseqüentemente a ODBvias converteu AFAC na Companhia. O saldo de mútuo no valor de R\$ 17.092 foi convertido em AFAC na Companhia.

e) Licença para duplicação de rodovia

Em 23 de março de 2015, a Companhia obteve a licença prévia e licença de instalação referente a duplicação dos trechos do Km 0 em Itiquira a Km 94,9 em Rondonópolis e do Km 507,1 em Diamantino ao Km 855 em Sinop-MT.

f) Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 386 em 30 de setembro de 2015.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Informações Trimestrais (ITR)

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária" e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa no.24.a, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, portanto somente começou a auferir resultados desta data em diante. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está ressalvada com referência a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de novembro de 2015.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015.

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e Relação com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Operações

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015.

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e Relação com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Operações

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia